

V.21 nº46 (2025)

REVISTA DA
**AN
PE
GE**

ISSN 1679-768X

a

ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-graduação e
Pesquisa em Geografia



**IMPACTOS SOCIAIS DOS PPGS EM
GEOGRAFIA**

Viver nas e com as Águas: culturas, resistências políticas e readaptações

*Living in and with the Waters: Cultures, Political Resistances, and
Readaptations*

Vivir en y con las Aguas: Culturas, Resistencias Políticas y Readaptaciones

DOI: 10.5418/ra2025.v21i46.20813

JULIANA CRISTINA FRANZ

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

EDER LEANDRO BAYER MAIER

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

CRISTIANO QUARESMA DE PAULA

Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

V.21 n°46 (2025)

e-issn : 1679-768X

RESUMO: O artigo discute o impacto social da pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (PPGGeo/FURG) a partir da análise de três experiências distintas e complementares: o projeto Vida, Voz e Cor dos Sujeitos(as) da Pesca Artesanal da Lagoa dos Patos (VVC), o Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada e o Comitê de Acompanhamento e Prognóstico de Eventos Extremos. As iniciativas expressam diferentes dimensões da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, revelando como a universidade pública pode atuar na valorização das identidades tradicionais, na produção de instrumentos de justiça territorial e na comunicação social da ciência. Os resultados demonstram que o impacto social da pós-graduação transcende indicadores quantitativos, consolidando-se como prática de resistência, diálogo e transformação territorial.

Palavras-chave: pós-graduação; geografia; extensão universitária; comunidades tradicionais; impacto social.

ABSTRACT: The article discusses the social impact of the Graduate Program in Geography at the Federal University of Rio Grande (PPGGeo/FURG) through the analysis of three distinct and complementary experiences: the project Life, Voice, and Color of the Subjects of Artisanal Fishing in the Patos Lagoon (VVC), the Protocol of Prior, Free, and Informed Consultation, and the Committee for Monitoring and Forecasting Extreme Events. These initiatives express different dimensions of the inseparability between teaching, research, and outreach, showing how the public university can act in valuing traditional identities, producing instruments of territorial justice, and communicating scientific knowledge to society. The results demonstrate that the social impact of graduate education goes beyond quantitative indicators, consolidating itself as a practice of resistance, dialogue, and territorial transformation.

Keywords: graduate education; geography; university outreach; traditional communities; social impact.



Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional CC BY - permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

RESUMEN: El artículo analiza el impacto social del Programa de Posgrado en Geografía de la Universidad Federal de Rio Grande (PPGGeo/FURG) a partir del estudio de tres experiencias distintas y complementarias: el proyecto Vida, Voz y Color de los Sujetos(as) de la Pesca Artesanal de la Laguna de los Patos (VVC), el Protocolo de Consulta Previa, Libre e Informada y el Comité de Acompañamiento y Pronóstico de Eventos Extremos. Las iniciativas expresan diferentes dimensiones de la indisolubilidad entre enseñanza, investigación y extensión, mostrando cómo la universidad pública puede actuar en la valorización de las identidades tradicionales, en la producción de instrumentos de justicia territorial y en la comunicación social de la ciencia. Los resultados demuestran que el impacto social del posgrado trasciende los indicadores cuantitativos, consolidándose como una práctica de resistencia, diálogo y transformación territorial.

Palabras clave: posgrado; geografía; extensión universitaria; comunidades tradicionales; impacto social.

Introdução

A Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (PPGGeo/FURG) tem se consolidado como um espaço de produção de conhecimento comprometido com a transformação social (Sato *et al.*, 2024), com o diálogo junto aos territórios e o fortalecimento de políticas públicas ancoradas na realidade regional. Alinhado à missão da universidade pública brasileira, o Programa tem buscado integrar ensino, pesquisa e extensão de modo indissociável, ao compreender que o impacto social da ciência geográfica ultrapassa a produção acadêmica formal e se materializa nas práticas, parcerias e saberes compartilhados com a sociedade.

Nos últimos anos, o PPGGeo/FURG vem ampliando suas ações voltadas à construção de uma geografia socialmente engajada, que reconhece a relevância das comunidades tradicionais, a centralidade dos territórios costeiros e estuarinos e a urgência dos desafios socioambientais contemporâneos. Nesse contexto, as experiências desenvolvidas no âmbito do Programa têm contribuído não apenas para a formação de pesquisadores, mas também para a democratização do acesso ao conhecimento, a promoção da justiça territorial e o fortalecimento de vínculos com o poder público e a sociedade civil.

Este artigo propõe refletir sobre o impacto social da pós-graduação em Geografia da FURG, a partir da análise de três experiências de natureza distinta, mas convergentes em sua dimensão pública e transformadora: o projeto Vida, Voz e Cor dos Sujetos(as) da Pesca Artesanal da Lagoa dos Patos

(VVC), o Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada às Comunidades Pesqueiras Tradicionais do Estuário da Lagoa dos Patos e o Comitê de Eventos Extremos. Cada uma dessas ações evidencia diferentes formas de atuação da universidade no território, ora pela via da arte e da cultura, ora pela mediação institucional e política, ora pela resposta técnica e científica diante de emergências climáticas.

A análise das três iniciativas permite discutir como a pós-graduação em Geografia tem contribuído para a consolidação de práticas acadêmicas socialmente referenciadas, sensíveis às territorialidades locais e capazes de promover a coprodução do conhecimento. Do mesmo modo, permite refletir sobre as condições estruturais e epistemológicas que sustentam o impacto social da ciência geográfica, considerando o papel da formação acadêmica, das redes de colaboração e do compromisso ético-político com a redução das desigualdades territoriais. Assim, o artigo busca evidenciar que o impacto social não se limita a um resultado mensurável, mas constitui um processo contínuo de construção coletiva, no qual a Geografia se afirma como campo de resistência, diálogo e transformação.

2 O Projeto Vida, Voz e Cor: Extensão, Imagem e Identidade na Geografia

Entre as diversas iniciativas que expressam o impacto social das ações desenvolvidas pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (PPGGeo/FURG), o projeto Vida, Voz e Cor dos Sujeitos(as) da Pesca Artesanal da Lagoa dos Patos – RS ocupa um lugar de destaque por sua natureza interdisciplinar, metodologicamente inovadora e socialmente transformadora. Vinculado ao Núcleo de Análises Urbanas e Culturais (NAUC), o projeto articula ensino, pesquisa e extensão com base em uma abordagem que reconhece o papel dos sujeitos populares como produtores de conhecimento e de território, reafirmando o compromisso ético e social da universidade pública.

Inserido no campo da Geografia Cultural, o Vida, Voz e Cor parte da compreensão de que o território é também um espaço de memória, identidade e resistência, especialmente no contexto das comunidades pesqueiras artesanais do estuário da Lagoa dos Patos. Nesses espaços, o modo de vida tradicional convive com múltiplas pressões ambientais, econômicas e institucionais, o que torna ainda mais urgente o registro e a valorização de suas práticas, saberes e expressões culturais.

A experiência tem como eixo central o uso da fotografia, do audiovisual e da História Oral enquanto instrumentos de mediação entre universidade e comunidade. Mais do que recursos de registro, essas linguagens são compreendidas como ferramentas de pesquisa e de devolutiva simbólica, permitindo que as próprias comunidades narrem suas trajetórias e se reconheçam como protagonistas da construção territorial.

Por meio de mostras fotográficas, produções audiovisuais, rodas de conversa e ações formativas, o projeto vem consolidando um percurso que alia produção científica, expressão estética e compromisso social, promovendo a circulação de saberes e a ampliação do acesso aos produtos acadêmico-culturais. Assim, o Vida, Voz e Cor exemplifica de maneira sensível e concreta o potencial da pós-graduação em Geografia para atuar como agente de transformação social, fortalecendo vínculos entre universidade e território e contribuindo para a valorização de identidades e territorialidades historicamente invisibilizadas.

Nos tópicos a seguir, são apresentadas a metodologia adotada e os principais resultados e impactos alcançados, evidenciando como a experiência se consolidou como um exemplo de prática extensionista indissociável da pesquisa e do ensino, comprometida com a democratização do conhecimento e com a construção de geografias plurais, humanas e solidárias.

2.1 Metodologia e fundamentos teórico-metodológicos

O projeto Vida, Voz e Cor dos Sujeitos(as) da Pesca Artesanal da Lagoa dos Patos baseia-se em uma metodologia qualitativa, dialógica e participativa, em consonância com os princípios da extensão universitária como prática formativa e socialmente referenciada. Inspirado na concepção freireana de diálogo e transformação (Freire, 1977), o projeto adota a escuta sensível como eixo metodológico e ético de aproximação com as comunidades pesqueiras artesanais.

O campo empírico de atuação abrange as localidades do estuário da Lagoa dos Patos, especialmente as comunidades da Ilha da Torotama, da Ilha dos Marinheiros e da Barra da Lagoa, em São José do Norte. O trabalho é conduzido no âmbito do NAUC/FURG e envolve docentes, discentes de graduação e pós-graduação, além de membros das comunidades locais, em um processo coletivo de construção do conhecimento.

A metodologia combina História Oral, fotografia e audiovisual como instrumentos de investigação e de devolutiva social. As entrevistas e registros visuais não se configuram como simples ferramentas de coleta de dados, mas como linguagens de expressão e reconhecimento que dão forma às experiências, memórias e identidades dos sujeitos. Nesse sentido, a imagem, como afirmam Rios *et al.* (2016), atua como signo polissêmico e poético, capaz de traduzir o território para além de suas dimensões físicas, alcançando suas camadas simbólicas e afetivas.

A opção pela abordagem compreensiva e interpretativa (Minayo, 2001) possibilita compreender o território não apenas como um recorte espacial, mas como uma construção coletiva que integra dimensões materiais e imateriais, conforme propõe Claval (2014). Assim, o olhar geográfico se amplia para abranger os modos de vida, as práticas culturais e as formas de resistência das comunidades, revelando o que Santos (2008) define como a inseparabilidade entre chão e identidade.

As ações metodológicas foram guiadas por três princípios centrais: a) Dialogicidade e participação – cada etapa do projeto foi construída em conjunto com os moradores, respeitando suas demandas e tempos; b) Devolutiva social – os produtos acadêmico-culturais foram concebidos como meios de retorno simbólico e prático às comunidades; c) Indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão – o envolvimento de estudantes e professores em todas as etapas garantiu a formação crítica e a ampliação das experiências de campo.

Essa combinação de fundamentos teóricos e metodológicos consolidou o Vida, Voz e Cor como um laboratório vivo de práticas extensionistas, no qual a produção imagética se configura como uma ferramenta de investigação geográfica e de emancipação social.

2.2 Execução e impactos sociais

A execução do projeto Vida, Voz e Cor materializou-se em ações integradas de pesquisa, extensão e difusão cultural, cujos resultados expressam o potencial formativo e transformador da pós-graduação em Geografia.

Entre os produtos mais significativos está o média-metragem “Lameirão”, gravado com os moradores da comunidade de mesmo nome, em São José do Norte. A obra, construída de forma colaborativa, retrata as territorialidades da pesca artesanal, evidenciando o vínculo entre trabalho, memória e pertencimento. O lançamento, realizado no Casarão do Saber e da Inovação em agosto de 2025, reuniu protagonistas e moradores locais em um encontro de reconhecimento coletivo, um momento simbólico de devolutiva e afirmação da identidade territorial.

As mostras fotográficas “Vida, Voz e Cor dos Sujeitos(as) da Pesca Artesanal da Lagoa dos Patos” e “Como as Mulheres da Torotama Fazem” também se destacaram como dispositivos de diálogo entre universidade e comunidade. Exibidas em espaços institucionais e públicos, como o FESTIMAR, a maior festividade do município do Rio Grande, as mostras promoveram visibilidade e orgulho entre os próprios moradores. Uma das participantes relatou, em publicação nas redes sociais, a emoção de se ver representada em um espaço de grande circulação, expressando o sentido de reconhecimento e valorização simbólica que permeia o projeto.

Outro marco do percurso foi a realização do evento “Integração Cultural”, na Ilha da Torotama, em 30 de maio e 6 de junho de 2025, na Escola Municipal Cristóvão Pereira de Abreu. No primeiro dia, as atividades foram voltadas à comunidade escolar, da educação infantil ao EJA, incluindo contação de histórias, doação de livros e ações educativas. No segundo dia, as ações foram direcionadas à comunidade em geral, com palestras sobre eventos climáticos extremos, cuidados com a saúde da pele e da mulher, atendimento sobre saúde mental, mutirão de documentação civil,

distribuição de mudas de plantas e atividades lúdicas na escolinha de trânsito para as crianças. O encontro foi permeado por uma mesa de café comunitário, símbolo de partilha e acolhimento.

Essas ações, realizadas em parceria com a Prefeitura Municipal do Rio Grande, o SEBRAE e o Curso de Enfermagem da FURG, consolidaram o caráter interinstitucional e interdisciplinar do projeto. A cartilha “Vida, Voz e Cor: Identidade e Resistência na Ilha da Torotama – RS”, elaborada e distribuída à comunidade, sintetizou o processo de devolutiva e materializou a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Os impactos sociais do projeto podem ser observados em diferentes dimensões: a) Na formação acadêmica, ao proporcionar aos estudantes vivências de campo que desenvolvem sensibilidade geográfica e consciência ética; b) Na comunidade, ao fortalecer laços identitários e valorizar o saber tradicional da pesca artesanal; c) Na universidade, ao reafirmar o papel da extensão como eixo estruturante do conhecimento geográfico.

Ao articular ciência, arte e território, o Vida, Voz e Cor exemplifica o potencial transformador da Geografia quando comprometida com os sujeitos que a compõem, confirmando o que Santos (2008) denomina de Geografia engajada com o humano e com o lugar.

3 Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada (PCPLI) das Comunidades Tradicionais Pesqueiras do Território da Lagoa dos Patos: extensão crítica e pós-graduação

A pesca artesanal deve ser compreendida para além de uma atividade econômica, constituindo-se como expressão de um modo de vida ancestral intrinsecamente vinculado aos territórios aquáticos que sustentam a reprodução social, cultural e simbólica das comunidades tradicionais. No território da Lagoa dos Patos, no estado do Rio Grande do Sul, essa prática representa uma das formas mais antigas de ocupação humana, configurando um território de identidade coletiva, solidariedade e reciprocidade, no qual se articulam saberes intergeracionais, práticas de uso comum dos recursos naturais e formas próprias de organização comunitária.

Apesar de sua relevância histórica e de seu papel estratégico na manutenção da soberania alimentar e da diversidade cultural, as comunidades pesqueiras tradicionais têm sido sistematicamente marginalizadas por políticas públicas tecnocráticas que desconsideram seus modos de vida. A intensificação de empreendimentos econômicos sobre os territórios de pesca, associada à ausência de instrumentos institucionais que assegurem a autodeterminação das comunidades, aprofunda processos de injustiça ambiental, à medida que decisões estatais são tomadas sem consulta ou consentimento daqueles diretamente afetados. Tal cenário fere os preceitos da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reconhece o direito dos povos tradicionais à consulta prévia, livre e informada.

Nesse contexto, emerge a construção do Protocolo de Consulta Prévias, Livre e Informada (PCPLI) como mecanismo jurídico, político e pedagógico de resistência e afirmação coletiva. Mais do que um documento normativo, o Protocolo configura-se como um processo de fortalecimento da territorialidade tradicional pesqueira, afirmando a autonomia das comunidades na gestão de seus territórios, recursos e modos de vida.

A gênese do projeto remonta ao I Seminário Socioambiental Integrado do Território da Lagoa dos Patos, realizado em articulação com o IV Encontro da Rede de Geografias da Pesca, na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em 2023. Nesse espaço, as lideranças pesqueiras deliberaram pela construção de um protocolo específico para o território, em consonância com os princípios da Convenção nº 169 da OIT. Com apoio financeiro do Ministério da Pesca e Aquicultura, os grupos de pesquisa (R)EAT – Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em (R)Existências Ambientais e Territoriais, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FURG (PPGGeo), e o Laboratório MARéSS – Mapeamento em Ambientes, Resistência, Sociedade e Solidariedade, também da FURG, assumiram a coordenação teórica, metodológica e logística do processo.

Destaca-se que a condução do trabalho foi protagonizada por lideranças do Movimento dos Pescadores e das Pescadoras Artesanais (MPP), garantindo que o processo fosse guiado pelas próprias comunidades tradicionais. Ademais, a equipe extensionista contou com pesquisadores oriundos das comunidades pesqueiras da região, o que reforçou a legitimidade social, política e epistemológica da construção coletiva do Protocolo.

A compreensão do PCPLI como meio de defesa dos territórios tradicionais dialoga diretamente com a perspectiva crítica da Geografia. Conforme Haesbaert (2004), o território é sempre resultado de processos de territorialização que expressam relações de dominação, resistência e autonomia, articulando dimensões materiais e simbólicas. Para as comunidades pesqueiras, o território não é apenas um espaço de produção, mas também de reprodução cultural, espiritual e coletiva, constituindo-se como base de existência e de direitos (Little, 2002).

De acordo com o Decreto nº 6.040/2007, povos e comunidades tradicionais são grupos que se reconhecem a partir de práticas culturais próprias e formas específicas de relação com seus territórios, utilizando os recursos naturais como condição para a continuidade de seus modos de vida. Essa definição confere centralidade ao autorreconhecimento, categoria essencial para compreender a luta das comunidades pesqueiras da Lagoa dos Patos pelo reconhecimento enquanto povos tradicionais e pelo direito à autodeterminação territorial.

A literatura crítica evidencia que a territorialidade pesqueira é caracterizada pelo uso comum das águas, pela mobilidade sazonal e pela transmissão de saberes por meio da oralidade e da prática

cotidiana (Kalikoski; Vasconcellos, 2013). Essa territorialidade, contudo, é constantemente ameaçada por políticas de desenvolvimento que desconsideram os direitos coletivos e impõem restrições que resultam em processos de desterritorialização (De Paula *et al.*, 2021).

A justiça ambiental, segundo Acselrad (2004), constitui um campo de disputa política que denuncia a distribuição desigual dos danos socioambientais e reivindica a inclusão de populações vulnerabilizadas nos processos decisórios. No caso das comunidades tradicionais pesqueiras, a invisibilidade política implica a negação de seus direitos de consulta e participação, contrariando o que estabelece a Convenção nº 169 da OIT (1989). Essa Convenção define que toda medida administrativa ou empreendimento que afete povos tradicionais deve ser precedido de consulta em seus próprios termos e tempos.

Nesse sentido, a construção dos PCPLIs representa uma ferramenta concreta para a operacionalização desse direito, assegurando que decisões sobre uso das águas, licenciamentos ambientais ou normas de pesca sejam submetidas ao consentimento das comunidades.

Como aponta Boaventura de Sousa Santos (2010), tal prática configura uma ecologia de saberes, na qual diferentes rationalidades, científica, tradicional e ancestral, dialogam em pé de igualdade, produzindo epistemologias contra-hegemônicas. Assim, a elaboração do Protocolo constitui uma prática de tradução intercultural, na qual as normas jurídicas internacionais, como a OIT 169, são reinterpretadas a partir das territorialidades pesqueiras, resultando em um instrumento político e comunitário de afirmação identitária e territorial.

Essa perspectiva se alinha à proposta de emancipação social defendida por Santos e Meneses (2009), que propõe a superação da monocultura do saber jurídico estatal e a valorização dos sistemas normativos próprios dos povos tradicionais. O Protocolo de Consulta, portanto, não se limita a um documento procedural, mas se afirma como uma declaração de autonomia epistemológica e política das comunidades diante do Estado e do mercado.

Compreender o território como corpo coletivo implica também reconhecer a dimensão de gênero como eixo estruturante da justiça ambiental e da autodeterminação dos povos tradicionais. A Lagoa dos Patos, enquanto território tradicional pesqueiro, constitui igualmente um espaço de ancestralidades, memórias e práticas de resistência protagonizadas por mulheres, homens, jovens e idosos, que, em um contínuo processo de (re)territorialização, mantêm vivo o elo entre território, identidade e pertencimento.

3.1 Processo Extensionista de Construção do Protocolo de Consulta

O projeto que deu suporte à elaboração do PCPLI baseou-se na abordagem da pesquisa-ação participante, articulada à extensão universitária crítica, orientada pelos princípios da pedagogia

freireana (Freire, 1977) e pelas epistemologias do Sul (Santos; Meneses, 2009). A pesquisa-ação caracteriza-se pela construção coletiva do conhecimento a partir da participação ativa dos sujeitos implicados no território, com foco na transformação da realidade investigada. Conforme Thiollent (2011), a pesquisa-ação ultrapassa a dimensão descritiva e assume caráter político, educativo e emancipatório, engajando os atores sociais no processo de diagnóstico, reflexão e tomada de decisão.

As ações do projeto foram desenvolvidas em quatro etapas principais, executadas de forma articulada entre universidades públicas, movimentos sociais e comunidades pesqueiras tradicionais da Lagoa dos Patos, configurando uma prática de extensão que integra ciência, política e território.

3.1.1 Planejamento e Mobilização

A primeira etapa consistiu na definição da equipe técnica, na organização logística e no planejamento das ações junto às lideranças comunitárias. Foram realizadas visitas prévias às comunidades, reuniões de mobilização, produção de materiais audiovisuais e apresentação do projeto nos Fóruns da Lagoa dos Patos e do Delta do Jacuí. Nessa fase, assegurou-se a participação de pescadores e pescadoras de diferentes faixas etárias e gêneros, garantindo representatividade conforme os princípios da Convenção 169 da OIT.

Importante destacar a amplitude do engajamento comunitário no processo de construção do Protocolo, com a participação de 48 comunidades tradicionais distribuídas em 14 municípios, confirmando a representatividade territorial do processo. A ampla participação comunitária demonstra que o PCPLI se estabelece como instrumento que integra a totalidade do território tradicional pesqueiro, superando a divisão administrativa estatal e articulando uma governança baseada em identidades coletivas e usos compartilhados das águas.

3.1.2 Oficinas Comunitárias e Cartografia Social

A segunda etapa envolveu a realização de oficinas com duração média de oito horas em cada comunidade mobilizada. Essas oficinas tiveram como propósito promover o autorreconhecimento das comunidades como povos tradicionais e de seus territórios, bem como mapear, por meio da cartografia social participativa, os territórios de pesca, áreas de conflito, rotas de circulação, pesqueiros tradicionais e locais de reprodução simbólica.

A cartografia social foi utilizada como tecnologia de fortalecimento territorial, permitindo que os participantes representassem seus conhecimentos no próprio mapa, em oposição às cartografias oficiais produzidas pelo Estado. Para essa atividade, utilizou-se o ReatCarto, sistema de cartografia social desenvolvido no (R)EAT. Durante as oficinas, os participantes foram divididos em dois grupos: um voltado ao mapeamento da parte terrestre (território terra) e outro ao território aquático (território

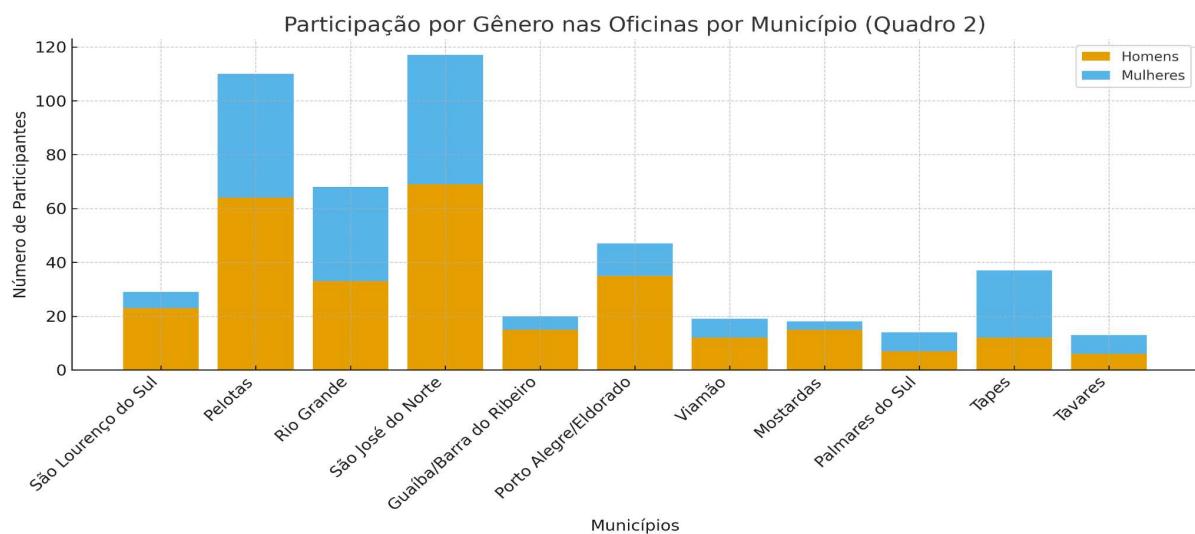
água). As cartografias sociais produzidas estão disponibilizadas em: <https://reatcarto.furg.br/lagoadospatos.php>.

A análise da participação nas oficinas comunitárias revela que as mulheres desempenharam papel central no processo de construção do Protocolo, não apenas como presença numérica, mas como agentes políticas na formulação de estratégias de resistência territorial. Esse dado corrobora a literatura que reconhece a participação feminina como elemento essencial para a reprodução social e simbólica das comunidades pesqueiras (Costa, 2024).

A presença expressiva das mulheres nas etapas deliberativas evidencia um processo de ruptura com modelos tradicionais de exclusão de gênero, fortalecendo uma perspectiva de governança das águas baseada na justiça ambiental e no reconhecimento da diversidade interna das comunidades. Assim, destaca-se a participação de homens e mulheres em todas as oficinas, com presença feminina significativa em municípios como Tapes, São José do Norte e Pelotas. Tal representatividade reforça a legitimidade do processo deliberativo, em consonância com as diretrizes da Convenção 169 da OIT, que exige não apenas o direito de consulta, mas também a inclusão efetiva de todos os segmentos sociais que compõem a comunidade.

Gráfico 1 – Participação por Gênero nas Oficinas Comunitárias

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Relatório Final, 2025.



3.1.3 Encontro Regional e Construção do Protocolo

A etapa seguinte envolveu a realização de um encontro regional com delegados e delegadas eleitos nas oficinas. O encontro, com duração de três dias, resultou na elaboração coletiva do Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada das comunidades pesqueiras da Lagoa dos Patos. O

processo deliberativo garantiu a horizontalidade das discussões, com a construção de acordos coletivos baseados em realidades compartilhadas.

A mobilização alcançou ampla abrangência territorial, envolvendo comunidades distribuídas em todo o entorno da Lagoa dos Patos, evidenciando a legitimidade e a representatividade coletiva do processo. A participação foi articulada com base no autorreconhecimento das comunidades como sujeitas de direitos, reforçando o entendimento de território enquanto construção coletiva e política (Haesbaert, 2004).

O reconhecimento do território tradicional pesqueiro como categoria jurídica e política emergiu como demanda central das comunidades, afirmando a necessidade de superar a fragmentação histórica imposta pelo Estado. Essa mobilização evidencia um processo de territorialização ativa, no qual o espaço é reivindicado enquanto território de vida, trabalho e ancestralidade (Little, 2002).

A construção do PCPLI constitui um marco histórico na organização política das comunidades tradicionais pesqueiras da Lagoa dos Patos. Diferentemente de instrumentos impostos pelo Estado, o Protocolo emerge de um processo coletivo, horizontal e territorializado, fundamentado na autodeterminação e no reconhecimento da comunidade como sujeito político de direito (OIT, 1989).

Portanto, a construção do Protocolo revela-se como tecnologia social de resistência, não apenas como ferramenta jurídica, mas como processo pedagógico de emancipação política, no qual os sujeitos se reconhecem como guardiões do território e defensores da vida coletiva. Conforme Santos (2010), trata-se da construção de uma “*sociologia das ausências*”, em que saberes historicamente silenciados tornam-se presentes e politicamente ativos.

O Protocolo fortalece a governança comunitária das águas, ao propor diretrizes próprias para processos de licenciamento ambiental, gestão dos recursos pesqueiros e implementação de políticas públicas. Tal instrumento coloca as comunidades em posição ativa nas disputas territoriais, garantindo que nenhuma decisão seja tomada sem seu consentimento.

A análise dos resultados evidencia que a construção do Protocolo ultrapassa a dimensão de um produto final e se constitui como processo de afirmação epistemológica e política das comunidades pesqueiras frente ao Estado e ao capital. Trata-se de uma prática de produção de conhecimento que confronta a monocultura jurídica estatal (Santos, 2007), ao reivindicar a pluralidade de saberes como fundamento da justiça territorial.

3.2 A Extensão Crítica e a Pós-Graduação em Geografia: contribuições do PPGGeo

A construção do PCPLI das comunidades tradicionais pesqueiras da Lagoa dos Patos não ocorreu de forma isolada, mas integrou-se a um processo coletivo e contínuo de produção de conhecimento crítico e engajado, consolidado por pesquisas de mestrado vinculadas ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (PPGGeo/FURG). Essas

pesquisas forneceram bases teóricas, metodológicas e empíricas fundamentais para a compreensão da territorialidade pesqueira, dos conflitos socioambientais e das estratégias de resistência das comunidades frente ao avanço de políticas modernizantes e de empreendimentos que impactam os territórios tradicionais.

O projeto que deu origem ao PCPLI — *Elaboração do Protocolo de Consulta e Consentimento Livre e Esclarecido dos Pescadores e Pescadoras Artesanais da Lagoa dos Patos/RS conforme a Convenção 169 da OIT*, conhecido como Projeto de Valorização das Comunidades Tradicionais Pesqueiras da Lagoa dos Patos — foi coordenado, entre outros, pelo Prof. Cristiano Quaresma de Paula, docente do PPGGeo/FURG, e contou com a participação ativa de estudantes e egressos do programa.

Na coordenação pedagógica do projeto, destaca-se a participação da Mestra Rubilaine Costa, autora da dissertação *Pescadoras Artesanais da Ilha da Torotama, Rio Grande - RS: A Autoidentificação das Sujeitas e a Luta por Visibilidade no Território Pesqueiro* (Costa, 2024), cujas contribuições advêm do uso de metodologias participativas, da abordagem das escrevivências e de um olhar sensível às questões de gênero na pesca artesanal. Também integrou a equipe pedagógica o egresso Fabrício Souza, autor da dissertação “*É a vida deles aquela pescaria*”: os processos de identificação territorial dos pescadores artesanais de São José do Norte/RS (Souza, 2024), cujo trabalho desenvolvido no Núcleo de Análises Urbanas e Culturais (NAUC/FURG) trouxe importantes elementos relacionados às dimensões culturais das comunidades pesqueiras, aproximando-se, nesse sentido, das reflexões produzidas no projeto Vida, Voz e Cor (VVC) sobre as territorialidades sensíveis e identitárias.

A dissertação de Júlia Leandro Ribeiro, intitulada *Território tradicional pesqueiro sob ofensiva: a elaboração do Protocolo de Consulta Prévias, Livre e Informada como parte da luta dos pescadores e pescadoras artesanais da Lagoa dos Patos/RS* (Ribeiro, 2025), sistematiza o próprio processo de elaboração do Protocolo enquanto instrumento político e jurídico de autodeterminação, evidenciando sua centralidade nas disputas territoriais contemporâneas e seu papel estratégico no enfrentamento à modernização excludente.

Já a dissertação de Giulia Câmara Caldas, *Território usado e cotidiano: as r-existências das pescadoras artesanais da Lagoa dos Patos - RS frente ao avanço da modernização*, evidencia o protagonismo das mulheres na reprodução do território tradicional pesqueiro, articulando a noção de r-existência como prática cotidiana de resistência e reafirmação de identidades — uma dimensão também abordada no VVC ao reconhecer as narrativas femininas como expressão do vínculo afetivo entre corpo, trabalho e território.

A pesquisa de Layon Brum, *Pesqueiros Tradicionais da Lagoa dos Patos: potencialidades para a gestão compartilhada da pesca artesanal*, contribuiu com o mapeamento dos pesqueiros tradicionais, oferecendo base empírica e geográfica para a governança das águas e demonstrando a importância do conhecimento territorial das comunidades para o ordenamento participativo da pesca, diretamente incorporado no Protocolo.

Da mesma forma, a dissertação de Guilherme Carlé, *Conflitos territoriais sobre comunidades tradicionais pesqueiras da Lagoa dos Patos-RS: do território dividido ao território comum*, aprofunda a análise dos processos de fragmentação territorial impostos por políticas estatais e empreendimentos privados. Sua pesquisa demonstra como a construção do Protocolo representa um movimento de reunificação simbólica e política do território tradicional, afirmando-o como território comum de vida, resistência e soberania.

Também se destaca o mestrando Carlos Eduardo Albuquerque, que ingressou no PPGGeo após a conclusão do projeto, mas desempenhou papel central na cartografia social do Protocolo, sendo o responsável pelo desenvolvimento do ReatCarto — plataforma que deu suporte à construção cartográfica participativa e que estrutura sua pesquisa de mestrado *A Cartografia como Instrumento de Luta pelo Território Tradicional Pesqueiro: o ReatCarto como instrumento contra-hegemônico*.

Igualmente relevante é a pesquisa em andamento de Juliane Costa, intitulada *Territorialidade e resistência: o protagonismo das mulheres e os saberes tradicionais na Ilha da Torotama (RS)*, que já incorpora os aprendizados e vivências construídos junto às mulheres pescadoras da Lagoa dos Patos no âmbito do projeto.

O PCPLI constitui-se, assim, como expressão concreta de um processo formativo, científico e político desenvolvido no interior do PPGGeo/FURG, articulando teoria e prática, ciência e território, universidade e comunidades tradicionais. O protocolo reafirma a centralidade das epistemologias pesqueiras na produção de instrumentos de autodeterminação e justiça territorial.

Esse conjunto de experiências revela o potencial da pós-graduação em Geografia para promover práticas extensionistas transformadoras, nas quais a produção acadêmica não se limita à reflexão teórica, mas atua diretamente na construção de políticas públicas e instrumentos jurídicos de defesa territorial. Tanto no *Vida, Voz e Cor* quanto no *Protocolo de Consulta*, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se materializa em práticas de restituição simbólica e fortalecimento comunitário, reafirmando a universidade como espaço de escuta e de co-produção de saberes.

Ao aproximar as dimensões da arte, da ciência e da política, esses projetos demonstram que a Geografia, quando sensível às vozes e imagens dos sujeitos populares, é capaz de construir metodologias insurgentes e epistemologias territorializadas, que traduzem o vivido em linguagem científica sem diluir a potência do sensível. Nesse sentido, o PPGGeo/FURG reafirma seu

compromisso com uma extensão crítica, dialógica e emancipatória, que reconhece o território como corpo coletivo e o conhecimento como prática compartilhada de resistência e transformação.

A extensão crítica desempenhou papel central nesse processo, não como meio de transferência de conhecimento técnico, mas como espaço de diálogo, reconhecimento e coprodução de saberes entre universidade e comunidades tradicionais (Freire, 1977). A metodologia participativa empregada permitiu o fortalecimento das comunidades como sujeitos de direito, promovendo a transição do paradigma da tutela para o da autonomia.

4 Comitê de Acompanhamento e Prognóstico de Eventos Extremos: ciência, extensão e gestão territorial

O Comitê de Avaliação e Prognóstico de Eventos Extremos da FURG, simplificado como Comitê de Eventos Extremos, nasceu de forma orgânica no ano de 2023, em decorrência da necessidade da gestão superior da FURG de tomar decisões a respeito das atividades acadêmicas, subsidiadas por análises de especialistas, diante do risco de que os eventos climáticos extremos de setembro daquele ano afetassem as estruturas da instituição e a integridade física de discentes e servidores.

Essa abordagem adotada pela gestão universitária, pautada na escuta técnica e científica, foi a semente que originou a Resolução COEPEA nº 117, de 10 de novembro de 2023, a qual instituiu oficialmente o Comitê, conferindo-lhe atribuições inicialmente restritas à gestão interna dos campi da FURG. Entretanto, o evento extremo de maio de 2024 impôs um novo e urgente desafio: gerar informações de utilidade pública que subsidiassem o monitoramento e a previsão das inundações nos municípios de Rio Grande, São José do Norte, Pelotas e São Lourenço do Sul, orientando tanto as administrações municipais quanto os próprios cidadãos.

Os esforços científicos realizados na FURG para compreender os registros históricos e simular os processos que configuraram a variabilidade atmosférica e hidrográfica do passado foram mobilizados para produzir prognósticos em tempo real. Esse desafio foi enfrentado em meio às urgências da situação: uma enxurrada de ligações telefônicas, mensagens de texto e a intensa ansiedade da comunidade frente à magnitude do evento e seus impactos sobre as pessoas, seus familiares e colegas.

As informações geradas pelo Comitê de Eventos Extremos da FURG, em colaboração com a Secretaria de Comunicação da Universidade, foram sintetizadas e disponibilizadas à sociedade por meio de dois principais produtos de divulgação científica: a) 24 boletins técnicos, que descreveram as estruturas e processos configuradores da dinâmica da inundaçao no sul da Lagoa dos Patos. Para sua elaboração, foram realizadas seis simulações do nível da Lagoa dos Patos, considerando os quatro

municípios afetados, bem como modelos digitais de terreno para simular os níveis de inundação nas cidades de Rio Grande e São José do Norte. Esses produtos resultaram em mais de 100 mapas temáticos, representando a distribuição espacial dos níveis de inundação nos bairros urbanos; b) 8 vídeos educativos e informativos, veiculados nas redes sociais da FURG, com o objetivo de traduzir a linguagem científica para o público geral e difundir informações confiáveis e acessíveis, contrapondo-se às desinformações que circularam nas mídias durante o evento.

A abrangência desses conteúdos atingiu ampla audiência, conforme apontam os relatórios internos da Secretaria de Comunicação da FURG, reforçando o papel da universidade pública como fonte legítima e socialmente referenciada de informação científica em momentos de crise.

Após o evento extremo de maio de 2024, ocorreu uma expansão institucional do Comitê, com a publicação da Portaria nº 1050/2025, que criou o Centro Interinstitucional de Observação e Previsão de Eventos Extremos, centralizado no Instituto de Oceanografia da FURG. Essa nova estrutura promoveu a ampliação dos produtos desenvolvidos pela universidade, fortalecendo as ações de extensão e difusão científica, com foco na integração entre pesquisa, gestão pública e sociedade.

O Centro passou a atuar de modo articulado com pesquisadores, agentes operacionais da defesa civil e segurança pública, bem como com gestores do planejamento urbano e rural dos municípios do entorno do estuário da Lagoa dos Patos, fomentando uma rede interinstitucional de vigilância, prevenção e resposta aos desastres climáticos.

Paralelamente, o Comitê também passou a desenvolver materiais didáticos e cursos de qualificação profissional voltados à educação básica, com o objetivo de instrumentalizar professores e estudantes do ensino fundamental e médio para a compreensão dos fenômenos climáticos e seus impactos sobre o território local. A proposta enfatiza o 5º e o 6º anos do ensino fundamental, etapas nas quais, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é trabalhada a temática do município e do ambiente de vivência dos alunos.

4.1 Resultados e Discussões

A principal ação do Comitê de Eventos Extremos da FURG, em maio de 2024, foi a publicação de 24 boletins no site da FURG, disponível em <https://www.furg.br/eventos-extremos>. Esses boletins, de caráter informativo, foram essenciais para a população e para os gestores públicos, pois permitiam **anticipar as cotas de inundação** das áreas urbanas localizadas às margens do estuário da Lagoa dos Patos. Rapidamente, a população e os gestores públicos começaram a consultar os boletins para suas tomadas de decisão, seja para a evacuação, medidas de proteção ou retorno para as residências. Os dados divulgados em um relatório interno da Secretaria de Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande evidenciam o êxito da comunicação entre a universidade e a

comunidade, sendo que o acesso foi por meio do download do PDF no site da FURG (Tabela 1) ou por meio dos informativos nas redes sociais (Tabela 2). Além disso, essa estatística mostra os acessos diretos, sem contar as postagens por outros canais que copiavam o conteúdo e republicavam, o que ampliou de forma significativa o acesso à informação, porque cada canal tem sua rede de seguidores.

Quanto à eficiência na comunicação com a comunidade, destaca-se a importância do site oficial da FURG e do canal da FURG no Instagram, seguindo pela página da universidade no Facebook, porque foram essas plataformas que computaram a maior abrangência de acessos às informações contidas nos boletins e nos materiais didáticos que auxiliavam a compreensão da abrangência espacial e temporal da inundação de maio de 2024. Outro aspecto importante foi a forma da escrita dos boletins e a linguagem dos materiais didáticos, tendo em vista que a equipe que estava produzindo esse material está acostumada a escrever artigos e textos para adultos alfabetizados e com domínio dos conceitos e termos técnicos. No entanto, a linguagem precisou ser adaptada, para que as pessoas que não vivenciam a universidade no seu dia a dia também compreendessem o conteúdo. Essa adaptação foi rapidamente internalizada pela equipe e teve apoio fundamental da Secretaria de Comunicação da FURG, que auxiliou na adaptação da escrita e na elaboração de vídeos e imagens para explicar os gráficos e mapas contidos nos boletins.

Tabela 1: Amostra do número de acesso aos boletins do comitê de eventos extremos no site do FURG e o total de acesso aos boletins.

Fonte: Relatório de atividade de 2024 da Secretaria de Comunicação da FURG, 2024.

Matéria	Data	Acessos
Boletim 1	03/05	2.524
Boletim 2	04/05	3.834
Boletim 3	06/05	2.488
Boletim 4	06/05	2.156
Boletim 5	07/05	4.888
Boletim 6	09/05	3.754
Boletim 7	11/05	3.043
Soma das publicações	Maio de 2024	26.642

Tabela 2: Amostras da abrangência dos conteúdos informativos nas redes sociais da FURG

Fonte: Relatório de atividade de 2024 da Secretaria de Comunicação da FURG, 2024.

Matéria	Facebook	Instagram	Linkedin
Monitoramento do nível da Lagoa dos Patos	2.873		
Boletim 5	29.000		
Boletim 7		86.900	
Instalação rede monitoramento			249



Figura 1: Inundação da cidade do Rio Grande de até 125cm, mostrado em 4 classes de 25 cm usando uma rampa de cores do azul para o vermelho, sendo o azul as cotas de inundação menores, entre 1 e 25cm e em vermelho, as cotas maiores, entre 100 e 125cm.

Fonte: Comitê de Eventos Extremos da FURG, 2024.

Em relação aos produtos apresentados nos boletins, cabe ressaltar que, nos primeiros dias das inundações no vale do Jacuí e na região metropolitana, já se começou a discutir a elevação do nível da Lagoa dos Patos, utilizando como parâmetro a enchente de 1941 e as informações preliminares de que a inundaçāo de 2024 poderia ser maior. Nesse contexto, foi estipulado que a enchente de 2024 poderia superar a de 1941 em 40 cm, totalizando uma inundaçāo de 165cm no Rincāo da Cebola, no Centro de Rio Grande. Felizmente, o nível māximo registrado em 2024 foi de 124cm. Foram gerados mapas que mostravam a abrangência espacial da inundaçāo na área urbana, com indicação dos picos māximos.

Durante semanas, utilizou-se uma simulação da cota de inundação de 125cm (Figura 1). Após a terceira semana de inundação, a principal preocupação do comitê era relacionar o nível da Lagoa do Patos com a dimensão temporal, a fim de responder “até quando vai durar a inundação?”. Assim, as simulações tornaram-se ainda mais importantes, por dois motivos: as simulações mostraram-se confiáveis e a população e os gestores públicos estavam usando de forma efetiva as informações dos boletins para as tomadas de decisões individuais e coletivas.

Os usos dos produtos gerados pelo Comitê de Eventos Extremos da FURG foram bastante diversificados, porque, além da relação da FURG com os municíipes e os jornalistas, os conteúdos dos boletins foram utilizados por gestores públicos, defesa civil, grupos de resgate e outros grupos de atenção aos atingidos pela enchente. Em especial, os mapas da abrangência e profundidade da inundação (Figura 1) permitiram estimar a extensão espacial da água, identificando arruamentos, bairros e pontos de referência, bem como atribuir a profundidade da água nas áreas inundadas, evidenciando diferentes níveis de risco. As simulações também possibilitaram prever a variabilidade de oscilação do nível da Lagoa do Patos, em janelas temporais de curto prazo como, por exemplo, cinco dias. Isso permitiu antecipar ações para mitigar os impactos socioambientais nos períodos de aumento do nível, bem como elaborar estratégias de reocupação, limpeza, planejamento e reorganização dos espaços livres da inundação nos períodos em que o nível da lagoa baixou.

Em 2025, o Comitê de Eventos Extremos da FURG foi ampliado, expandindo o número de docentes das Ciências Exatas e da Terra e abrangendo novas áreas, como a educação ambiental e a saúde. Destaca-se que as Ciências Humanas estão representadas por um docente da geografia, coautor deste artigo e atualmente coordenador do comitê em um mandato de dois anos, além de docentes do Instituto de Educação. Essa ampliação possibilitou a implementação de ações voltadas à instrumentalização de docentes da rede pública de ensino básico, abordando temas relacionados a eventos extremos climáticos e hidrológicos, por meio de palestras formativas para professores de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar. Além disso, foram desenvolvidos materiais didáticos para discentes do quinto e sexto ano do ensino fundamental, com o objetivo de ensinar conceitos básicos e discutir os impactos socioeconômicos dos eventos extremos, abrangendo também aspectos do aquecimento global e das mudanças climáticas.

Essas novas ações são apenas o início de um planejamento estratégico que prevê:

- ampliação das palestras;
- publicação de livros didáticos para crianças;
- cursos de qualificação para as forças de ação emergencial que atuam nos municípios às margens do estuário da Lagoa dos Patos;

- uma agenda extensionista que integra agentes públicos da gestão municipal e da defesa civil com o Centro de Prognósticos e Informações Geográficas, possibilitando a caracterização e antecipação de eventos extremos.

4.2 Extensão, Conhecimento e Compromisso Social: a Dimensão Formativa do Comitê de Eventos Extremos

O Comitê de Acompanhamento e Prognóstico de Eventos Extremos consolidou-se, em pouco tempo, como um espaço de articulação entre pesquisa aplicada, extensão universitária e formação crítica, expressando de modo exemplar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Sua atuação tem demonstrado que a ciência, quando territorializada e sensível às necessidades da sociedade, pode constituir-se como instrumento de emancipação social e fortalecimento da cidadania.

A experiência acumulada nas ações de comunicação pública da ciência, nos cursos de formação e na produção de materiais didáticos voltados à educação básica revela a potencialidade do Comitê como tecnologia social de enfrentamento às desigualdades ambientais. Ao estabelecer uma rede de diálogo contínuo entre universidade, poder público e comunidades, o Comitê contribui para democratizar o acesso à informação e para promover uma cultura de prevenção e adaptação frente aos eventos climáticos extremos que marcam o território estuarino da Lagoa dos Patos.

Essa dinâmica dialógica e interdisciplinar ecoa experiências anteriores do *Vida, Voz e Cor dos Sujeitos(as) da Pesca Artesanal* e do *Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada*, evidenciando que a produção de conhecimento geográfico é também um ato de solidariedade e responsabilidade social. No *VVC*, o sensível e o simbólico tornaram-se via de restituição identitária; no *PCPLI*, o saber tradicional fundamentou práticas jurídicas contra-hegemônicas; e, no Comitê, o rigor técnico e científico converte-se em cuidado coletivo, mediação ética e compromisso público.

Assim, o Comitê de Eventos Extremos reafirma a vocação da FURG e do PPGGeo em construir uma geografia que articula ciência, ética e sensibilidade, orientada por um projeto de universidade pública que se compromete com a vida, o território e a justiça ambiental. Trata-se de uma geografia que não se limita a interpretar o mundo, mas que se coloca a serviço de sua transformação, reafirmando a potência social da pós-graduação e da extensão crítica como instrumentos de emancipação e resistência.

Considerações Finais

As experiências apresentadas neste artigo — o projeto *Vida, Voz e Cor dos Sujeitos(as) da Pesca Artesanal da Lagoa dos Patos (VVC)*, o *Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada (PCPLI)* e o *Comitê de Acompanhamento e Prognóstico de Eventos Extremos da FURG* — revelam

diferentes dimensões de um mesmo compromisso institucional: construir uma pós-graduação em Geografia socialmente referenciada, eticamente comprometida e territorialmente enraizada. Cada uma dessas iniciativas, à sua maneira, reafirma a potência da universidade pública como espaço de produção compartilhada do conhecimento e de fortalecimento das práticas emancipatórias no território.

No VVC, a imagem e a palavra tornam-se instrumentos de reconhecimento e restituição simbólica, permitindo que pescadores e pescadoras artesanais se vejam e se narrem como protagonistas de suas próprias geografias. O uso da fotografia, do audiovisual e da História Oral como ferramentas metodológicas e poéticas conferiu visibilidade às identidades e aos códigos culturais das comunidades estuarinas, reafirmando a centralidade da arte e da cultura como dimensões formativas da ciência geográfica.

O *Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada* expressa a dimensão política e jurídica da extensão crítica, constituindo-se como tecnologia social de resistência e como instrumento de autodeterminação das comunidades tradicionais pesqueiras. Seu processo de construção coletiva evidencia que a ciência, quando feita com e não apenas sobre os sujeitos, é capaz de reconfigurar práticas institucionais e ampliar os sentidos da democracia territorial. Ao incorporar as epistemologias do Sul (Santos; Meneses, 2009) e as pedagogias dialógicas (Freire, 1977), o Protocolo reafirma o valor dos saberes locais como fundamento de justiça ambiental e de soberania popular.

Já o *Comitê de Eventos Extremos* traduz a dimensão aplicada e científica da Geografia em tempos de crise climática, atuando como ponte entre pesquisa, gestão pública e sociedade civil. A elaboração de boletins técnicos, materiais educativos e ações formativas demonstra que a comunicação pública da ciência é parte essencial da função social da universidade. Nesse sentido, o Comitê confirma que a tecnicidade, quando orientada pelo compromisso ético e solidário, pode ser também prática extensionista e educativa, contribuindo para a formação de uma cultura de prevenção e cuidado coletivo.

Juntas, essas experiências evidenciam que o impacto social da pós-graduação não se mede apenas por indicadores quantitativos, mas pela capacidade de mobilizar afetos, reorganizar saberes e fortalecer comunidades. O PPGGeo/FURG se afirma, assim, como um espaço de formação crítica e atuação territorial, no qual o conhecimento geográfico é compreendido como instrumento de transformação social e de enfrentamento às desigualdades.

A consolidação dessas práticas também aponta desafios. Entre eles, destacam-se a necessidade de institucionalizar a curricularização da extensão na pós-graduação, ampliar as redes interinstitucionais e garantir condições materiais e humanas para a continuidade das ações. Tais

desafios, contudo, reafirmam a importância de manter viva a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio estruturante da universidade pública.

Em tempos marcados pela intensificação das crises ambientais, pela desigualdade social e pela desvalorização da ciência, as experiências aqui apresentadas reafirmam que a Geografia é, antes de tudo, um campo de compromisso com a vida e com o território. A pós-graduação, quando orientada por esse princípio, torna-se não apenas um espaço de formação acadêmica, mas um verdadeiro projeto de sociedade, plural, democrática e solidária.

Referências

- ACSELRAD, H. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 103-119, 2004.
- CLAVAL, P. *Introdução à geografia cultural*. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2014.
- COSTA, R. B. da. *Pescadoras artesanais da Ilha da Torotama, Rio Grande-RS: a autoidentificação das sujeitas e a luta por visibilidade no território pesqueiro*. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, 2024.
- DE PAULA, C. Q. *Gestão Compartilhada dos Territórios da Pesca Artesanal: Fórum Delta do Jacuí*. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- DE PAULA, C. Q.; WALTER, T.; SILVA, E.; RAMOS, L.; FRUHAUF, W. Impactos socioambientais e violações de direitos humanos na pesca artesanal no Bioma Pampa. In: BARROS, S.; MEDEIROS, A.; GOMES, E. B. (org.). *Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil: relatório 2021*. 2. ed. v. 1. p. 198-223, 2021.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- KALIKOSKI, D. C.; VASCONCELLOS, M. (org.). *Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos, Brasil: uma metodologia de avaliação*. Roma: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 2013.
- LITTLE, P. E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Convenção sobre povos indígenas e tribais*, 1989 (nº 169). Genebra: OIT, 1989.

RIBEIRO, J. L. *Território tradicional pesqueiro sob ofensiva: a elaboração do protocolo de consulta prévia, livre e informada como parte da luta dos pescadores e pescadoras artesanais da Lagoa dos Patos/RS*. 2025. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2025.

RIOS, S. O.; COSTA, J. M. A.; MENDES, V. L. P. S. A fotografia como técnica e objeto de estudo na pesquisa qualitativa. *Revista Discursos Fotográficos*, Londrina, v.12, n. 20, p. 98-120, jan./jul. 2016.

SANTOS, B. de S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B. de S.. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 78, p. 3-46, out. 2007.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SATO, S. E. et al. Impacto social do PPGGeo FURG. In: FIGUEIRÓ, Adriano Severo et al. (org.). *Transformação e compromisso dos programas de pós-graduação em Geografia do RS: um panorama do impacto social no quadriênio 2021-2024* [livro eletrônico]. 1. ed. Santa Maria, RS: Arco Editores, 2024. p. 70–125.

SOUZA, F. P. de. “É a vida deles aquela pescaria”: os processos de identificação territorial dos pescadores artesanais de São José do Norte/RS. 2024. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, 2024.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SOBRE OS AUTORES

Juliana Cristina Franz  - Professora adjunta dos cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado em Geografia e Professora Permanente no Programa de Pós-graduação em nível de mestrado na Universidade Federal de Rio Grande - FURG. Atualmente é Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Geografia da FURG. É Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Graduada nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia na Universidade Federal de Pelotas (2013). Líder do Grupo de Pesquisa: Núcleo de Análises Urbanas e Culturais da Universidade Federal do Rio Grande. Integrante da Rede de Estudos Agrários - REA(UNESP-Rio Claro-SP; LEAA-Pelotas-RS; UNIFAL- Alfenas-MG; UNIMONTES-Montes Claros-MG; UFS- São Cristóvão-SE). Atua na área de Geografia Cultural, com ênfase nos seguintes temas: manifestações culturais; identidade, multifuncionalidade da agricultura familiar e alimentos.

E-mail: julianafranz@gmail.com

Eder Leandro Bayer Maier  - Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande (2006), mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande (2009) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014). Atualmente é professor da Universidade Federal do Rio Grande. Realizou o estágio de doutorado sanduíche no exterior em Buenos Aires, na Armada Argentina. Tenho experiência na área da Geografia Física, com ênfase na Climatologia atuando em investigações sobre a distribuição espacial e temporal da precipitação na América do Sul e suas relações com dados paleoclimáticos. Adicionalmente, tenho experiência no uso da cartografia digital, SIG e Sensoriamento Remoto aplicadas ao ensino de Geografia e em investigações científicas.

E-mail: edermaier@gmail.com

Cristiano Quaresma de Paula  - Professor Adjunto dos Cursos de Geografia Licenciatura e Bacharelado, e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, no Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Pós-doutor em Geografia pela UFPa (2020), Doutor em Geografia pela UFRGS (2018), Mestre em Geografia pela UFRGS (2013), Graduado em Geografia pela FURG (2010). Concentra-se na compreensão das comunidades e movimentos sociais da pesca artesanal brasileira. Coordenador do (R)EAT - Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão (R)Existências Ambientais e Territoriais. E membro da Rede de Geografias da Pesca.

E-mail: cqpgeo@gmail.com

Data de submissão: 01 de setembro de 2025

Aceito para publicação: 15 de dezembro de 2025

Data de publicação: 31 de dezembro de 2025